

Reflexões sobre a educação para o empreendedorismo nos Centros de Educação Profissional (CEDUP's) de Santa Catarina a partir das percepções de docentesⁱ

Fabiano Mauricio Poncianoⁱⁱ

Centro de Educação Profissional Hermann Hering (CEDUP)

Blumenau – SC, Brasil

lattes.cnpq.br/8648902148796589

 orcid.org/0009-0005-9738-7567
fabianomauricioponciano@gmail.com

Viviane Grimmⁱⁱⁱ

Instituto Federal Catarinense (IFC)

Blumenau – SC, Brasil

lattes.cnpq.br/2558624064834423

 orcid.org/0000-0002-9759-4807
viviane.grimm@ifc.edu.br

Ivonete Telles Medeiros Placido^{iv}

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Palmas – TO, Brasil

lattes.cnpq.br/2481237064574788

 orcid.org/0000-0002-1793-418X
itelles@mail.uft.edu.br

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246272026e0501>

Para citar artigo:

PONCIANO, Fabiano Mauricio;
GRIMM, Viviane; PLACIDO, Ivonete
Telles Medeiros. Reflexões sobre a
educação para o empreendedorismo
nos Centros de Educação Profissional
(CEDUP's) de Santa Catarina a partir
das percepções de docentes.

PerCursos, Florianópolis, v. 27, e0501,
2026.



Reflexões sobre a educação para o empreendedorismo nos Centros de Educação Profissional (CEDUP's) de Santa Catarina a partir das percepções de docentes

Resumo

O artigo analisou o ensino de empreendedorismo em CEDUP's da rede estadual de Santa Catarina a partir das percepções de docentes que atuam em componentes curriculares da área de empreendedorismo em cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Partindo de literatura especializada e crítica sobre empreendedorismo na educação e em diálogo com a concepção de Ensino Médio Integrado (Kuenzer, 2017; Ramos, 2023), o estudo investiga a inserção crescente do empreendedorismo no currículo, impulsionada por políticas públicas e parcerias com o setor empresarial. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou questionário semiestruturado online aplicado a 19 docentes de CEDUPs, que foram submetidos à análise de conteúdo e descritiva. Os resultados revelaram que os docentes possuem formação majoritariamente técnica (57,9% bacharéis), vínculos laborais precarizados (94,7% contratos temporários) e experiência recente na área (63,2% com menos de 3 anos), o que os inclina a uma perspectiva predominantemente empresarial do empreendedorismo. Essa hegemonia resulta da convergência de múltiplas determinações: formação técnica instrumental, precarização docente, inserção institucionalizada de políticas neoliberais e fragilidades na formação pedagógica crítica. Tal convergência reforça o empreendedorismo como ideologia neoliberal que mascara contradições estruturais do capitalismo e transfere responsabilidades coletivas para o âmbito individual, apontando para a necessidade de problematizar sua centralidade nos currículos de formação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: ensino de empreendedorismo; educação profissional; ensino médio integrado.

Reflections on entrepreneurship education in Professional Education Centers (CEDUPs) in Santa Catarina based on teachers' perceptions

Abstract

This article analyzes the teaching of entrepreneurship in Professional Education Centers (CEDUPs) in the state of Santa Catarina, based on the perceptions of teachers who teach entrepreneurship-related curricular components in Integrated High School and Professional Education programs. Drawing on specialized and critical literature on entrepreneurship in education and in dialogue with the concept of Integrated High School (Kuenzer, 2017; Ramos, 2023), the study investigates the growing inclusion of entrepreneurship in the Professional and Technological Education (EPT) curriculum, driven by public policies and partnerships with the business sector. The research adopts a qualitative and exploratory approach and uses an online semi-structured questionnaire administered to 19 CEDUP teachers. The data were subjected to content and descriptive analysis. The results reveal that teachers have a predominantly technical background (57.9% hold bachelor's degrees), precarious employment conditions (94.7% under temporary contracts), and limited experience in the area (63.2% with less than three years), which inclines them to adopt a predominantly business-oriented perspective on entrepreneurship. This hegemony results from the convergence of multiple determinants: instrumental technical training, precarious teaching conditions, the institutionalized insertion of neoliberal policies, and weaknesses in critical pedagogical training. This convergence reinforces entrepreneurship as a neoliberal ideology that masks the structural contradictions of capitalism and transfers collective responsibilities to the individual, pointing to the need to problematize its centrality in curricula for the education of the working class.

Keywords: teaching entrepreneurship; professional education; integrated high school.

1 Introdução

A partir da década de 1980, o ensino de empreendedorismo, por meio da educação empreendedora, ganhou destaque na educação nacional e internacional, sendo amplamente discutido em esferas políticas, econômicas, sociais e acadêmicas (Costa; Caetano, 2021). Nas últimas duas décadas, propostas curriculares e textos normativos publicados pelo MEC e Secretarias de Educação nos estados e municípios do Brasil inserem o ensino de empreendedorismo nas políticas curriculares, muitas vezes articuladas a classe empresarial e instituições do terceiro setor, vinculada à necessidade de qualificar as juventudes para o mercado de trabalho (Santos; Martins, 2021).

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017, de viés neoliberal, acentua a mercantilização do ensino e apresenta o empreendedorismo como eixo estruturante nos itinerários formativos. Nesta pesquisa, busca-se analisar a educação para o empreendedorismo a partir das percepções de docentes que atuam em componentes curriculares da área de empreendedorismo em cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nos Centros de Educação Profissional (CEDUP's) na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina (REE/SC).

A literatura sobre o ensino de empreendedorismo apresenta duas perspectivas marcadamente distintas. A primeira, defensora do ensino de empreendedorismo, destaca a relevância de preparar os alunos para os desafios do mercado de trabalho, promovendo uma mentalidade empreendedora. Para Dornelas (2023) e Dolabela (2016), a inclusão do empreendedorismo no currículo escolar é essencial para o desenvolvimento de habilidades como a criatividade, a inovação e o espírito empreendedor. Eles argumentam que qualquer pessoa pode se tornar um empreendedor, o que contribui para o fortalecimento da autonomia individual.

A segunda, caracterizada por uma perspectiva crítica, coloca em debate a relevância e a eficácia do ensino de empreendedorismo, ressaltando suas conexões com a ideologia neoliberal e os efeitos na formação dos estudantes. Pesquisadores, a exemplo de Silva (2016), Bernardes e Voigt (2022) e Castro, Gawryszewski e Dias (2022), sustentam que essa perspectiva pode intensificar desigualdades sociais e fomentar uma visão

individualista e competitiva da sociedade. Pandolfi (2015) critica a ideia de que o sucesso ou fracasso depende exclusivamente das ações individuais.

Nesta pesquisa, assumimos a perspectiva crítica em relação ao ensino de empreendedorismo. Consideramos que a ideia de empreendedorismo se destaca entre as estratégias atuais de gestão do trabalho, que se posiciona como a 'solução' para o problema trabalhista, e cuja influência se irradia pelo mundo, e no campo da educação ocorreu formas específicas de incorporação dessa ideologia (Freitas, 2022). Um exemplo dessa lógica pode ser observado com a implementação da contrarreforma do Novo Ensino Médio (NEM), que promove a flexibilização curricular por meio da criação de itinerários formativos, que prioriza a lógica do mercado de trabalho em detrimento da formação integral (Kuenzer, 2017) e que assume o empreendedorismo como um eixo estruturante da política.

Para Antunes (2020), a lógica do desemprego, da precarização, robotização e uberização do trabalho na era do capital improdutivo tem impactos profundos na educação, levando à desvalorização do trabalho humano e diminuindo o papel da educação como instrumento de desenvolvimento pessoal e social. Essa lógica também pode ser vista na inclusão do empreendedorismo nos cursos de EMIEP, no qual o currículo enfatiza o desenvolvimento de habilidades voltadas para a criação de negócios e a empregabilidade (Silva, 2017).

Assim, partindo de uma concepção crítica sobre o ensino de empreendedorismo, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: quais concepções sobre empreendedorismo circulam entre docentes que atuam em componentes curriculares da área de empreendedorismo em cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de CEDUP's da REE/SC? Considera-se que a compreensão sobre a percepção dos docentes pode contribuir para problematizar o debate sobre o tema, na tentativa de reafirmar perspectivas de ensino que promovam o pensamento crítico e a formação integral, omnilateral dos estudantes (Costa; Caetano, 2021).

O estudo considerou o contexto específico de Santa Catarina, em que políticas públicas recentes têm fortalecido a presença do empreendedorismo no currículo escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, que utilizou para

construção de dados um questionário semiestruturado online com perguntas abertas e fechadas, respondido por 19 docentes que atuam em disciplinas da área de empreendedorismo em cursos de EMIEP de CEDUP's. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016) para perguntas abertas e análise descritiva para perguntas fechadas.

2 Empreendedorismo, trabalho e educação

A interconexão entre empreendedorismo, trabalho e educação, constitui um aspecto crucial para a análise das dinâmicas atuais do mercado de trabalho e das políticas educacionais. Sob a perspectiva neoliberal, o empreendedorismo é apresentado não apenas como uma resposta ao desemprego, mas também como um meio de alcançar realização pessoal e êxito financeiro. Contudo, essa visão ignora as desigualdades profundas e a precarização das condições laborais que acompanham essas mudanças. Segundo Castro, Gawryszewski e Dias (2022), o empreendedorismo integra o discurso neoliberal, que influencia a sociedade atual ao fortalecer ideologias que favorecem a burguesia e limitam os direitos dos trabalhadores.

Diante dessa perspectiva, Albuquerque (2020) ressalta que a revolução tecnológica, aliada aos ideais neoliberais, tem substituído muitos trabalhadores, ampliando a precarização do trabalho. Antunes (2009), evidencia como os jovens estão sendo particularmente afetados, ocupando posições cada vez mais precárias no mercado de trabalho, que por meio da flexibilização busca reduzir os custos para os empregadores. Nesse contexto, o empreendedorismo, sob o manto neoliberal, é apresentado como uma alternativa individual para a sobrevivência econômica, ignorando as soluções coletivas que poderiam enfrentar as causas estruturais da precarização.

No cenário da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil contemporâneo, Moll (2010) destaca que as preocupações dos jovens com trabalho e educação refletem uma nova realidade, em que o acesso à educação de qualidade e a integração social são cada vez mais limitadas. Para a autora, muitos jovens enfrentam exclusão desde o acesso até a permanência na educação escolarizada, além da falta de qualidade educacional e dificuldades de integração social como membros produtivos da

sociedade. A exclusão educacional e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho evidenciam a incapacidade de o modelo neoliberal promover uma sociedade equitativa.

Partindo desse contexto, Castro, Gawryszewski e Dias (2022, p. 10), entendem que “o empreendedorismo e o papel do empreendedor, têm sido mobilizados como ideologia dos setores dominantes, a fim de intervir sobre a realidade contemporânea”, ou seja, trata-se de um movimento de origem burguesa que conta com o apoio de um expressivo segmento da classe trabalhadora. Esse cenário, agravado por políticas que restringem os direitos trabalhistas, intensifica um quadro perverso em que se reduz as possibilidades de enfrentamento da desigualdade social e de promoção da segurança (Albuquerque, 2020).

Conforme Antunes (2018), as reorganizações produtivas, impulsionadas pelas tecnologias de capital, intensificam a precarização do trabalho, gerando informalidade, subemprego, desemprego, contratos intermitentes, eliminação de postos e redução do número de trabalhadores com direitos preservados. Nesse contexto, as relações sociais de produção capitalistas convertem o empreendedorismo em algo que vai além da mera expressão da capacidade inventiva humana, transformam-no em suposta solução para milhões de desempregados e desalentados. Esses trabalhadores veem-se obrigados a assumir riscos e incertezas ao iniciar seus próprios negócios ou submeter-se a plataformas de trabalho que intermediam suas ocupações, sob o discurso da liberdade de escolha (Castro; Gawryszewski; Dias, 2022).

Dessa forma, o avanço do neoliberalismo não apenas reforça a centralidade do empreendedorismo, mas o utiliza como um instrumento para encobrir as desigualdades e as contradições inerentes ao sistema capitalista. Em vez de favorecer a emancipação dos trabalhadores, o empreendedorismo perpetua relações de exploração e acentua a desigualdade, como argumentam Castro, Gawryszewski e Dias (2022). Segundo os autores, concebê-lo como solução para os problemas sociais e econômicos constitui, à maneira de Marx, uma forma de consciência invertida que obscurece as reais causas das mazelas sociais.

O estudo sobre empreendedorismo recebeu contribuições de várias áreas do conhecimento, resultando em definições complexas e variadas para o mesmo fenômeno

(Carmo *et al.*, 2021). Esses estudos adotam diferentes perspectivas sobre o tema e não há um consenso na comunidade científica. Trata-se de um conceito em disputa. Todavia, apesar da ausência de uma definição, esse conceito tem sido utilizado como referência e fundamento para diversas ações, sendo apropriado de diferentes maneiras, mas mantendo sua essência capitalista (Albuquerque, 2020).

O termo empreendedorismo remonta ao século XV e deriva do termo francês “*entrepreneur*”, que significa “dar início a algo novo” ou “empreender por conta própria”, designando, à época, o indivíduo que assumia todos os riscos de sua iniciativa (Albuquerque, 2020). Ao longo dos séculos, o conceito passou a ser objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Segundo Coan (2011), os estudos sobre empreendedorismo podem ser agrupados em duas grandes vertentes: a dos autores clássicos da Economia e a dos estudiosos da Administração, Psicologia e Sociologia, conforme síntese apresentada no quadro 1:

Quadro 1 – Vertentes de estudos sobre empreendedorismo

AUTORES CLÁSSICOS DA ECONOMIA	AUTORES DA ADMINISTRAÇÃO, PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA
Em abordagens mais contemporâneas. Conotação de empreendedorismo articulado as ideias de empresas e negócios. Conceito pode assumir um viés mais empresarial articulado à ideia de risco e inovação. Schumpeter (1942): empreendedorismo como inovação - noção de empresário associado à inovação. Em Schumpeter: o empresário não corre riscos, no caso, quem corre riscos é aquele que financia o empresário, que ele denomina de capitalista. Say (1983) e Cantillon (2002). O empreendedorismo relacionado às atitudes de pessoas que pretendiam abrir empresas, criar novos empreendimentos, desenvolver e gerenciar negócios. Noção	Conotações comportamentais e atitudinais. Associada a aspectos atitudinais, como criatividade e intuição e, mesmo uma compreensão que, em sentido lato, procura articular a ideia de empreendedorismo aos diversos setores da vida que parece ser a mais evidenciada nos textos do campo educacional. Drucker (1987) - Empreendedorismo e inovação – A administração na sociedade do conhecimento. Ou seja, inovação baseada no conhecimento – A inovação como ferramenta do empreendedor. A inovação pode ser aprendida e ensinada. McClelland (1972) - Comportamento empreendedor. O foco dessa perspectiva de abordagem é o estudo para identificar características de comportamento de

de empreendedor e empreendedorismo relacionada a pessoas ousadas que estimulavam o progresso econômico.	indivíduos que criaram ou criam empreendimentos. A tese sustentada é a de que os empreendedores têm características psicológicas próprias, diferentes das pessoas comuns. Não significa que todos serão empreendedores.
---	---

Fonte: elaborado a partir da tese de Coan (2011).

Pandolfi (2015) classifica o conceito de empreendedorismo em duas categorias: clássica e contemporânea. A primeira refere-se às contribuições de grandes economistas, como Cantillon, Adam Smith e Say, bem como a análise de autores comportamentalistas, como Max Weber, McClelland. Já a vertente contemporânea abrange tanto as correntes apologética, representadas, por exemplo, por Dornelas e Dolabela, quanto as abordagens críticas ao empreendedorismo.

Para Pandolfi (2015, p. 99), a corrente apologética “dissemina a ideia de que o Empreendedorismo é essencial para promover o crescimento econômico, diminuir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida da população”, enquanto que na corrente crítica há uma inquietação em relação às tendências individualistas e competitivas desenvolvidas pelo campo do empreendedorismo, que perpetuam a concepção fatalista de que o sucesso ou fracasso, tanto no âmbito econômico quanto no social, é, permanentemente, determinado pela mentalidade e comportamentos individuais das pessoas.

Carmo et al. (2021) organizaram o desenvolvimento do empreendedorismo em três eras do pensamento empreendedor, destacando a mudança do conceito de empreendedorismo em três períodos distintos, de modo semelhante e complementar as descrições de Coan (2011) e Pandolfi (2015), destacando principalmente a centralidade do empreendedorismo na sociedade contemporânea, conforme descrito no quadro 2:

Quadro 2 - As três eras do pensamento empreendedor

Era	Período	Descrição
Era Econômica	1870-1940	Inicia-se com Cantillon, Say, Knight e Schumpeter, culminando na Escola Austríaca.
Era das Ciências Sociais	1940-1970	Foco no empreendedor como indivíduo, com contribuições da psicologia e sociologia sobre traços e papel social, sendo David McClelland o principal expoente desses estudos.
Era dos Estudos de Gestão	1970 - Presente	Caracterizada por mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, com foco no empreendedorismo como tema dominante. Contribuição seminal de David Birch, em 1979, com publicação sobre geração de empregos por empresas novas e de pequeno porte nos EUA.

Fonte: adaptado de Carmo et al. (2021).

Conforme Carmo et al. (2021) a Era Econômica (1870-1940) foi marcada pelos primeiros estudos de Cantillon, Say, Knight e Schumpeter, com foco na relação entre o empreendedor e o risco econômico, culminando na Escola Austríaca. A Era das Ciências Sociais (1940-1970) trouxe uma abordagem mais focada no indivíduo, com contribuições da psicologia e sociologia, enfatizando as características pessoais e o papel do empreendedor na mudança social. Já a Era dos Estudos de Gestão (1970 até o presente) é caracterizada pelas mudanças políticas e tecnológicas, com o empreendedorismo ganhando destaque como tema central na sociedade contemporânea. Essa última era consolidou o empreendedorismo como uma ideologia neoliberal, promovendo a flexibilização do trabalho e incentivando a responsabilidade individual sobre o sucesso econômico, o que reforça desigualdades sociais e marginaliza as responsabilidades coletivas e estatais (Carmo et al., 2021).

A partir dos estudos de Coan (2011), Pandolfi (2015) e Carmo et al. (2021), observa-se que o empreendedorismo não é um fenômeno recente. Sua relevância cresce com a consolidação dos mercados capitalistas, cujas mudanças na concepção estão relacionadas a transição de uma sociedade baseada na produção artesanal e agrícola para

formas comerciais e industriais, culminando nos atuais modelos de produção (Carmo et al., 2021). Dentre as diversas perspectivas de empreendedorismo, na atualidade destacam-se as abordagens que enfatizam o empreendedorismo de negócios, voltado a atender às demandas do mercado por meio da inovação e relacionado “às tentativas de criação de novos empreendimentos, associando-o também às *startups*” (Oliveira; Quaresma Junior; Oliveira, 2022, p. 144). Outro tipo que ganhou relevância é o intraempreendedorismo, no qual trabalhadores implementam inovações nas empresas em que trabalham, buscando um nível de engajamento próximo ao de sócios ou parceiros (Baggio e Baggio, 2015). No Brasil, merece menção ainda o empreendedorismo social, caracterizado por iniciativas que visam criar negócios capazes de minimizar e solucionar os problemas sociais, indo além da mera busca por lucro (Silva et al., 2019).

Nesse contexto, embora o empreendedorismo seja apresentado como uma solução para o desemprego e uma via para a realização pessoal, inclusive em vertentes como o intraempreendedorismo e o empreendedorismo social que oferecem abordagens alternativas, estas perspectivas ocultam as desigualdades estruturais e permanecem inseridas em um sistema que privilegia a responsabilidade individual em detrimento das soluções coletivas. Por isso, a crítica à instrumentalização do empreendedorismo como “remédio” para as desigualdades sociais e econômicas torna-se cada vez mais necessária, exigindo uma reavaliação das políticas educacionais e das práticas laborais.

3 Ensino de empreendedorismo no Ensino Médio Integrado

Desde os anos 1970, a educação empreendedora tem estado em evidência na educação nacional e internacional, assim como nas discussões políticas, econômicas, sociais e acadêmicas. Contudo, foi a partir dos anos 1980 que o empreendedorismo passou a ter destaque na educação, impulsionado por diversas pesquisas nas áreas das ciências humanas e gerenciais em países como EUA, Canadá e França (Coan, 2011; Costa; Caetano, 2021). Esses estudos abordaram diferentes aspectos do empreendedorismo, incluindo características dos empreendedores, e tinham como objetivo “a busca de estratégias para garantir o sucesso dos novos empreendimentos, com acentuada articulação escola/universidade e empresas” (Coan, 2011, p. 141).

Na década de 1990, as iniciativas relacionadas ao ensino de empreendedorismo estavam concentradas principalmente na educação superior, na educação profissional e em disciplinas extracurriculares, havendo poucas experiências na educação básica (Coan, 2011). Simultaneamente, o contexto brasileiro desse período, marcado pelo avanço de políticas neoliberais, elevado índice de desemprego e informalidade do mercado de trabalho, favoreceu o “discurso empreendedor” (Lima, 2008, p. 16).

Ao longo dos anos 2000, diversas iniciativas governamentais voltaram-se para o ensino de empreendedorismo. Em 2001, foi lançado o programa Técnico Empreendedor, resultado de uma parceria entre o MEC e o Sebrae, visando treinar 10 mil docentes dos IFETS e CEFETS no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (PREP/MEC). No ano seguinte, também em colaboração com o MEC e o Sebrae, foi criado o programa Educação Empreendedora no Ensino Médio Brasileiro (Brasil, 2002) visando formar 300 mil docentes para preparar aproximadamente 6,9 milhões de alunos do Ensino Médio da rede pública estadual para o mercado de trabalho (Pandolfi, 2015). Em 2003, instituiu-se o Projeto Jovem Empreendedor (Brasil, 2003), em parceria entre o Ministério do Trabalho e o Sebrae, voltado à capacitação de jovens desempregados, com idade entre 16 e 24 anos, matriculados no Ensino Fundamental e Médio (Pandolfi, 2015).

Na Educação Profissional e Tecnológica, o ensino de empreendedorismo ganhou notoriedade, principalmente por meio da adesão a projetos fundamentados na pedagogia empreendedora, seja como disciplina formal ou por meio de conhecimento transversal, extracurricular ou transdisciplinar, com apoio do SEBRAE, de organizações não governamentais e de empresas júnior (Coan, 2013). Nesse cenário, as experiências baseadas em abordagens economicistas e empresariais do empreendedorismo têm sido as mais amplamente difundidas (Oliveira; Quaresma Junior; Oliveira, 2022; Coan, 2013).

Cabe destacar que o Sebrae tem se sobressaído na tentativa de expandir a filosofia do empreendedorismo em todo o Brasil por meio de programas como Jovem Empreendedor, Empretec e Aprender a Empreender (Pandolfi, 2015). Segundo Lima (2008), a disseminação do empreendedorismo no Brasil foi impulsionada por instituições financiadas com recursos públicos, mas vinculadas à classe empresarial nacional. Essas instituições empregam diversos instrumentos, incluindo a mídia para promoção da “educação empreendedora” em projetos de geração de trabalho e renda.

O empreendedorismo foi amplamente difundido no Brasil e incorporado às políticas educacionais, tornando-se um conceito mitificado, isto é, apresentado como uma solução para os problemas econômicos e sociais do país (Silva, 2016). Tal efeito se consolidou na Reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei 13.415/2017, que trouxe significativas alterações na última etapa da Educação Básica, com destaque ao empreendedorismo como um eixo estruturante nos itinerários formativos (Brasil, 2017). Mais recentemente, foi aprovada a Lei nº 2944/2021, de autoria da senadora Kátia Abreu, que altera a Lei 9.394/1996 (LDBEN) para incluir o empreendedorismo e a inovação como temas transversais nos currículos da educação básica e superior.

A inserção do empreendedorismo nas políticas e práticas curriculares, como notado por Silva (2016), é justificada por dois conjuntos de razões: as escolas buscam ampliar o potencial competitivo de seus alunos para prepará-los para a nova dinâmica do mercado profissional, e as instituições de ensino procuram atender às demandas das empresas e estimular novas formas de desenvolvimento econômico. Essa motivação é baseada na ideologia neoliberal financiada por organismos multilaterais e pelo empresariado, como a UNESCO, Banco Mundial, FMI, OCDE, OIT, TPE, e Sistema S, especialmente o SEBRAE, entre outros (Albuquerque, 2020).

Cabe destacar que essa influência pode ser observada em iniciativas recentes divulgadas pelo governador de Santa Catarina, como o programa “Educação Empreendedora” lançado em 2023, através de parcerias com o SENAI (Kleinebing, 2023). Os investimentos anuais do Estado são estimados em R\$120 milhões e a justificativa de tal parceria com o setor privado é colaborar na solução de gargalos da economia catarinense pela falta de profissionais qualificados na área técnica (Benetti, 2023). No início do ano letivo de 2024, a SED/SC lança o CaTec – Catarinense Técnico, que abrangem o Programa Educação Empreendedora. Tais iniciativas, denotam que o objetivo é expandir o acesso ao ensino profissionalizante seguindo a lógica de atendimento às demandas do mercado, enquanto o direito a formação integral é contingenciado.

Essas políticas impactam os cursos de EMIEP, limitando o acesso da classe trabalhadora a uma educação pública de qualidade, que vá além da simples reprodução da lógica capitalista que subordina o trabalho ao mercado (Ferretti, Ribeiro, 2019). Para fazer frente aos retrocessos das políticas neoliberais, faz-se necessário recuperar as

concepções de currículo integrado e Ensino Médio Integrado a partir da filosofia da *práxis* (Ramos, 2017). Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a oferta de Ensino Médio Integrado, representou a consolidação da base unitária para o Ensino Médio, tornando-se uma bandeira dos educadores progressistas, uma oportunidade de superar a dualidade na educação brasileira, uma forma de fazer a “travessia” para uma formação básica unitária e politécnica, centrada na “integração entre ciência e trabalho, entre formação científica básica e formação técnico-profissional”.

4 Pesquisa de campo e metodologia

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, tem como campo de pesquisa os CEDUP's da REE/SC, criados pelo Decreto n.º 1.349/2004, visando descentralizar a educação profissional e atender às demandas locais e regionais (Santa Catarina, 2004). O público-alvo do estudo foram docentes que atuavam em componentes curriculares da área de empreendedorismo em cursos de EMIEP nos CEDUP's da REE/SC no ano de 2023.

A construção de dados aconteceu por meio de questionário semiestruturado online no *Google Forms*, encaminhado para 12 CEDUP's que ofertam disciplinas da área de empreendedorismo em cursos de EMIEP. Sua construção baseou-se em uma revisão bibliográfica, resultando em 22 perguntas fechadas e abertas, divididas em três blocos temáticos. O primeiro visava traçar o perfil dos participantes, por meio da formação, tempo de experiência e atuação profissional no ensino de empreendedorismo. O segundo focava nas percepções dos docentes sobre empreendedorismo e ensino de empreendedorismo no contexto da educação profissional e seus desafios. O terceiro explorava as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes.

De 40 docentes que lecionavam componentes curriculares relacionados à área de empreendedorismo em 2023 (informações disponíveis no SED/SC-SISGESC em 05/04/2023), após contato individual por e-mail, aceitaram participar da pesquisa 19 docentes de 12 CEDUP's das seguintes coordenadorias regionais: Blumenau, Braço do Norte, Campos Novos, Criciúma, Grande Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages,

Mafrá, São Bento do Sul, Timbó e Tubarão. Para o tratamento e análise dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo com base em Laurence Bardin (2016) para as perguntas abertas e análise descritiva para as perguntas fechadas, com o objetivo de identificar os padrões emergentes.

5 Percepções de docentes sobre empreendedorismo e ensino de empreendedorismo no Ensino Médio Integrado

A partir da resposta ao questionário, observa-se que, dentre os 19 participantes da pesquisa, 52,6% dos docentes são do sexo masculino e 47,4% do sexo feminino; 84,2% se identificam como brancos; 5,3% dos docentes na faixa de até 24 anos e 10,5% entre 25 e 30 anos, destacando-se a presença de jovens profissionais na docência na área de empreendedorismo. Todavia, a faixa predominante de idade é acima de 36 anos, concentrando 21,1% entre 36 e 40 anos, 15,8% entre 41 a 45, 21,1% entre 51 a 55 anos e 10,5% de docentes acima de 60 anos, mostrando uma ampla variedade etária entre os participantes.

No que se refere à formação acadêmica, 52,6% dos participantes possuem licenciatura concluída, 57,9% têm bacharelado e 15,8% estavam cursando licenciatura no momento da pesquisa. Além disso, 68,4% dos docentes possuem Especialização e 15,8% têm Mestrado e 10,5% estavam cursando ou já cursaram mais de um tipo de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado). Apenas 5,3% dos docentes declararam não possuir nenhum tipo de Pós-Graduação. Esses dados indicam que aproximadamente metade dos docentes não possui formação específica para a docência, em desacordo com o Art. 62 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a licenciatura plena como requisito para habilitação para lecionar no Ensino Médio.

No que se refere ao vínculo profissional dos docentes participantes da pesquisa com a rede de ensino, 94,7% são admitidos por contrato temporário, evidenciado, em certa medida, a precarização das condições laborais docentes (Santos; Nadeletti; Soares, 2017). Quanto a experiência no magistério, 21,1% dos docentes participantes possuem entre 21 e 26 anos de experiência, 15,8% têm entre 16 e 20 anos e 10,5% possuem entre 6 e

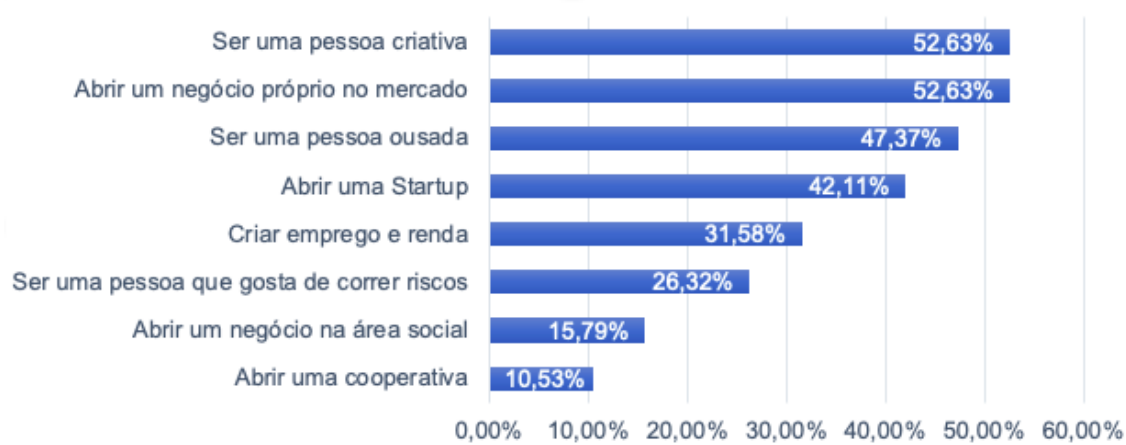
10 anos de experiência. Assim, observa-se que 58% possuem mais de 10 anos de atuação na docência, o que sugere uma predominância de docentes com significativa experiência.

Todavia, em relação ao tempo de atuação em disciplinas de empreendedorismo, 63,2% dos participantes possuem menos de 3 anos de experiência e 78,9% têm menos de 5 anos. Esses dados indicam que a maioria dos docentes envolvidos está em fase inicial no ensino dessa área, sugerindo simultaneamente um processo de renovação e alta rotatividade, possivelmente decorrente dos contratos temporários, o que representa um desafio para o desenvolvimento e aprimoramento profissional. Por outro lado, embora não tenha experiência específica em empreendedorismo, conforme dito acima, 58% possuem mais de 10 anos de experiência no magistério, evidenciando a presença de profissionais mais experientes em outras disciplinas que podem ter assumido a disciplina de empreendedorismo em resposta ao aumento de sua oferta.

Tais dados corroboram os resultados de Mouta (2023), que apontam que o perfil dos docentes responsáveis pela disciplina de empreendedorismo é, em sua maioria, mulheres, com formação em Licenciatura. Essas profissionais lecionam em mais de duas disciplinas, incluindo empreendedorismo, e geralmente não possuem experiência prática como empreendedores nem formação pedagógica específica para atuar nessa área. Assim, suas práticas e conhecimentos são, portanto, predominantemente construídos a partir das interações com os estudantes e da experiência docente.

No que se refere às percepções de empreendedorismo e características e comportamentos atribuídos ao empreendedor, conforme apresentado a seguir no gráfico 1, 52,6% dos docentes associam o empreendedorismo à abertura de um negócio próprio, evidenciando uma abordagem predominantemente empresarial. Da mesma forma, 52,6% dos educadores consideram que ser empreendedor envolve criatividade, enquanto 47,4% destacam a ousadia. Um terço dos educadores (31,6%) relaciona o empreendedorismo à criação de empregos e geração de renda, e 42,1% mencionam a abertura de startups, reconhecendo seu papel na inovação e no desenvolvimento da economia. Em contraste, apenas 15,8% dos educadores associam o empreendedorismo à criação de negócios sociais, e 10,5% vinculam-no a criação de cooperativas, indicando baixa ênfase no empreendedorismo de impacto social (Marins, 2018).

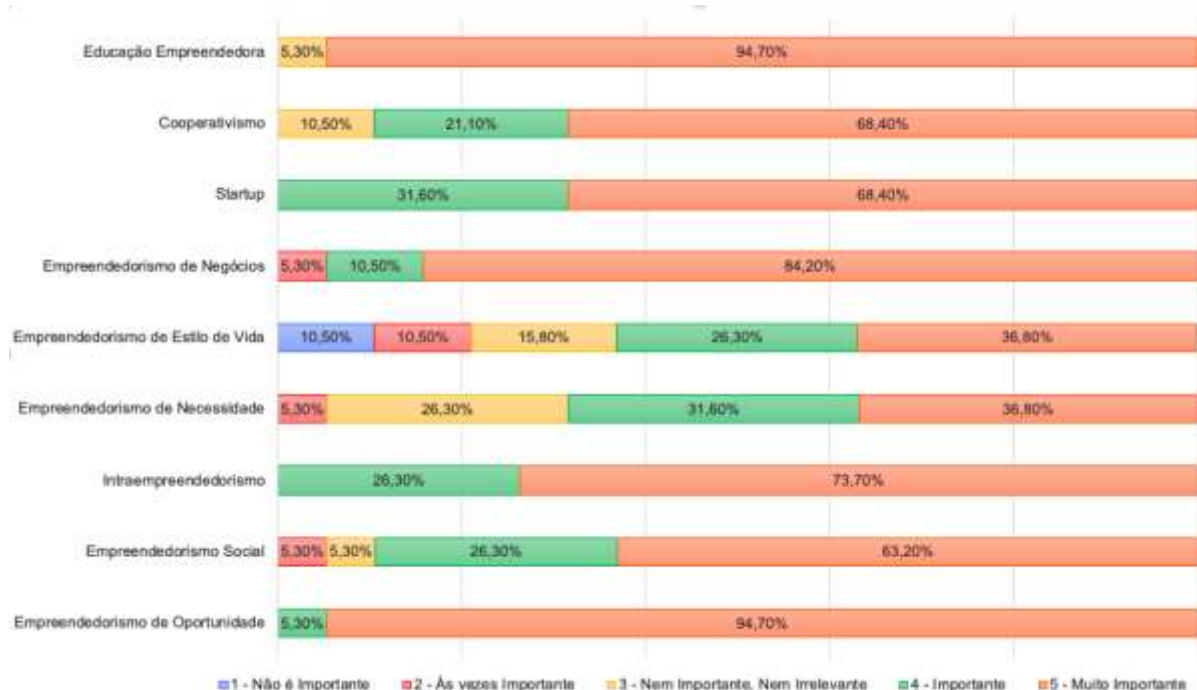
Gráfico 1 - Concepção sobre o que é ser empreendedor?



Fonte: elaborado pelos autores a partir do questionário online aplicado com docentes, 2024.

A partir das respostas, observa-se uma predominância da associação do empreendedorismo à criação de negócios próprios e a atitudes como criatividade e ousadia, com menor ênfase em aspectos sociais e cooperativismo. Esses resultados corroboram os achados de Oliveira, Quaresma Junior e Oliveira (2022), nos quais os docentes indicaram uma abordagem economicista e teórica do comportamento empreendedor. A análise da percepção dos participantes sobre a relevância dos diferentes tipos de empreendedorismo para o ensino no EMIEP reforça a predominância do empreendedorismo empresarial, conforme ilustrado no gráfico 2, apresentado a seguir.

Gráfico 2 - Tipos de empreendedorismo e sua importância no EMIEP



Fonte: elaborado pelos autores a partir do questionário online aplicado com docentes, 2024.

A resposta dos docentes parece refletir a influência do neoliberalismo e sua ampla penetração na educação. Conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo alcançou setores cruciais, incluindo o Estado, os sistemas educacionais, a esfera científica e até mesmo a subjetividade das pessoas, redesenhando as dinâmicas sociais e promovendo uma abordagem mercadológica em diversas dimensões da sociedade. Nesse contexto, observa-se uma tendência a associar o empreendedorismo principalmente à geração de lucro e criação de empresas comerciais, fato que se confirma nas respostas às perguntas abertas. Os docentes enfatizam a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades individuais, destacando aspectos como criatividade, gestão, capacidade de identificar oportunidades, enfrentamento de desafios, geração de emprego e renda, autonomia, liberdade de escolha, protagonismo e, principalmente, preparação para o mercado de trabalho. Entre as respostas que ressaltam tais aspectos, destacam-se os excertos a seguir:

Levar ao conhecimento do aluno as possibilidades do mercado e incentivar sua criatividade, inovação, persistência e o planejamento de suas ações a partir de um conhecimento mais técnico (Po8)¹;

Desenvolver no jovem um protagonismo na iniciação de novos negócios que lhe conduza a uma satisfação pessoal e profissional. [...] (Po9);

Empreendedorismo é fundamental para a formação e desenvolvimento do senso de organização de um bom profissional (Po2);

Desenvolver habilidades e competências nos alunos para identificarem oportunidades de melhorias, tanto na implantação de projetos pessoais como na colaboração com a organização da qual farão parte no futuro (Po7);

Formar e informar para geração de emprego e renda. Educar para a liberdade financeira e criatividade empreendedora. [...] Achei muito interessante para preparar o aluno ao mercado de trabalho (P19);

Muito importante para desenvolver estratégias de negócios, planos de negócios. Desenvolver habilidades e competências para gestão de empresas (P18).

O destaque a tais atributos sugere que a abordagem do empreendedorismo na educação incorpora uma lógica neoliberal, moldando a formação dos estudantes de acordo com os princípios do mercado capitalista, ressaltando a importância de habilidades alinhadas a essa lógica, capazes de preparar os jovens para o mercado de trabalho. Essa ênfase pode levar à culpabilização e responsabilização dos indivíduos por sua própria situação precária, desconsiderando as estruturas socioeconômicas e a desigualdade sistêmica que contribuem para essas condições (Carmo *et al.* 2021, Bernardes e Voigt, 2022, Pandolfi, 2015).

Os docentes também destacam dificuldades no ensino de empreendedorismo, como limitações na formação dos educadores, bem como dificuldades relacionadas a compreensão e motivação dos alunos quanto aos objetivos da disciplina e sua relevância para a vida, conforme ilustrado nos excertos a seguir:

¹ Dados provenientes de questionário semiestruturado aplicado a docentes da área de empreendedorismo dos Centros de Educação Profissional (CEDUPs) de Santa Catarina, realizado em 2023, no âmbito da pesquisa. As respostas dos docentes participantes foram identificadas pela letra “P” seguida de numeração, garantindo anonimato.

Ensinar os alunos o objetivo da disciplina (P05);

Primeiro, a falta de entendimento, importância para a vida futuro do aluno, segundo motivar, levar o mesmo a ter um senso crítico afinado, coerente, terceiro, encontrar parcerias que invistam nos projetos propostos ao longo do curso (P03).

A falta de clareza e motivação dos estudantes, mencionadas pelos docentes, parece estar associada à dificuldade de conectar o conteúdo de empreendedorismo à realidade dos jovens e às suas aspirações profissionais, agravada pela ênfase no ensino da perspectiva empresarial do empreendedorismo, baseada em estudos de casos. As parcerias com empresas e instituições para aproximar teoria e prática também são apontadas como desafio, evidenciando a incorporação da lógica empresarial, como indicado nas respostas:

Apoio das empresas do SEBRAE (P13);

Parcerias, os professores precisam buscar contatos fora para visitas técnicas e bate papo com empresários quando pretende fazer uma aula diferente e integrativo, sinto falta de recursos e apoio da própria direção para fazer estas aulas diferentes e interessantes aos alunos (P16);

Como desafio maior, assim como o próprio ensino da Administração, é demonstrar o sentido de empresa sem que os mesmos conheçam esta realidade. A maioria não está no mercado de trabalho e tem dificuldades em entender este meio. As práticas se tornam necessárias para uma melhor compreensão (P17).

No que se refere as estratégias pedagógicas mais citadas pelos docentes no ensino de empreendedorismo destacam-se, conforme gráfico 3, a seguir, a elaboração de planos de negócios (84,2%), a criação de empresas fictícias (78,9%) e aulas expositivas e aulas expositivas dialogadas (73,7%). Em contraste, estratégias como exibição de filmes e vídeos e realização de atividades lúdicas foram menos frequentes. Esse padrão indica uma preferência por práticas que simulem de forma mais próxima a realidade empresarial, evidenciando, no âmbito pedagógico, a predominância da racionalidade voltada ao empreendedorismo empresarial.

Gráfico 3 - Estratégias pedagógicas para o ensino de empreendedorismo



Fonte: elaborado pelos autores a partir do questionário online aplicado com docentes, 2024.

De modo complementar, em pergunta aberta sobre práticas bem-sucedidas no ensino de empreendedorismo, os docentes indicam o uso de planos de negócios, a participação em feiras de empreendedorismo, o uso de *lapbooks*, a criação de empresas fictícias e a formação de grupos de *startups*. A recorrência dessas escolhas evidencia uma tendência de priorizar estratégias de ensino voltadas para a simulação do ambiente empresarial, buscando desenvolver habilidades alinhadas à preparação do estudante para o mercado de trabalho.

A triangulação das respostas entre formação dos professores e a frequência de uso de estratégias pedagógicas, revelou padrões relevantes. Docentes com formação voltada para áreas específicas de empreendedorismo, como Administração e Gestão, demonstram maior propensão a utilizar métodos práticos, como a criação de empresas fictícias e a elaboração de planos de negócios. Em contrapartida, professores sem formação nessas áreas tendem a privilegiar aulas expositivas e leituras dirigidas. Estes achados indicam que a formação acadêmica dos docentes exerce influência nas escolhas metodológicas, sugerindo que uma formação mais especializada favorece a adoção de práticas que buscam simular a realidade empreendedora.

A análise evidencia a influência hegemônica do empreendedorismo empresarial nas concepções dos docentes que lecionam disciplinas da área em cursos de EMIEP nos CEDUP's da REE/SC. Essa ênfase pode ser compreendida como reflexo de múltiplas determinações estruturais e conjunturais que convergem para a consolidação do que Dardot e Laval (2016) denominam "racionalidade neoliberal". A formação majoritariamente técnica dos docentes, conforme revelam os dados da pesquisa, contribui para uma compreensão instrumental do empreendedorismo, alinhada à tradição dos estudos de gestão e administração, que consolidaram o empreendedorismo como ideologia neoliberal na Era dos Estudos de Gestão (Carmo *et al.*, 2021).

Importa destacar, ainda, que a precarização das condições laborais docentes - expressa na predominância de contratos temporários (94,7%) e na rotatividade na área (63,2% com menos de 3 anos de experiência) - cria um ambiente de instabilidade que favorece a internalização acrítica dos discursos hegemônicos sobre empreendedorismo. Essa situação, analisada à luz da teorização de Antunes (2018) sobre a flexibilização e precarização do trabalho, indica que os próprios educadores se encontram submetidos às mesmas lógicas que reproduzem em suas práticas pedagógicas.

Por fim, somam-se a isso as fragilidades da formação pedagógica dos docentes da EPT e à predominância de recursos didáticos voltados à simulação da "realidade empresarial" (planos de negócios, empresas fictícias, startups). Esses elementos, reforçam o que Frigotto (2011) caracteriza como rejuvenescimento da teoria do capital humano, na qual a responsabilização individual substitui a análise estrutural das contradições sociais.

Essa convergência de fatores explicita a urgência de problematizar não apenas as metodologias de ensino de empreendedorismo, mas, fundamentalmente, questionar sua centralidade e permanência nos currículos, considerando que, como demonstra a literatura crítica mobilizada, o empreendedorismo opera como estratégia ideológica que mascara desigualdades estruturais do capitalismo contemporâneo e transfere aos indivíduos a responsabilidade por mazelas que têm origem nas contradições do sistema econômico vigente.

6 Considerações finais

Apesar da diversidade de concepções de empreendedorismo e das críticas ao seu viés ideológico, a pesquisa revelou que entre docentes participantes da pesquisa, predominou uma abordagem economicista, influenciada por teorias do comportamento e reduzida a práticas pedagógicas vinculadas ao âmbito empresarial, reforçando o empreendedorismo associado ao ideário neoliberal, em detrimento de uma educação emancipadora. Tal abordagem predominante tem implicações significativas nas práticas pedagógicas e na formação da classe trabalhadora.

A inserção institucionalizada da educação para o empreendedorismo nas políticas curriculares brasileiras, especialmente para a Educação Profissional e Tecnológica de nível médio, materializada em programas como o "Educação Empreendedora" em parceria com o SENAI, lançado pela rede estadual catarinense em 2023, demonstra o que Castro, Gawryszewski e Dias (2022) identificam como a penetração da ideologia empreendedora nos aparelhos de Estado, criando um ambiente institucional que naturaliza a perspectiva empresarial no contexto educacional.

Diante desse cenário, como resistir a políticas tão bem articuladas, amplamente difundidas, socialmente mitificadas, sedutoras e com forte adesão popular e acadêmica, legitimadas no contexto escolar, como é o caso do empreendedorismo? Consideramos que tal resistência demanda a construção de alternativas pedagógicas fundamentadas na perspectiva crítica da Educação Profissional e Tecnológica, que recupere os fundamentos do trabalho como princípio educativo e da formação humana integral como horizonte formativo, pois a educação para o empreendedorismo precisa ser confrontada com um projeto educacional para o Ensino Médio comprometido com a formação humana integral, orientado para formar cidadãos envolto pelo bem comum em vez da geração de lucros. Segundo Ciavatta (2012, p. 85) “como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a sua sociedade política”.

Dessa forma, o Ensino Médio Integrado, ancorado nos fundamentos da filosofia da práxis, desloca o foco do mercado de trabalho para a pessoa humana e possibilita uma formação integral e emancipatória da classe trabalhadora, articulando trabalho, ciência e

cultura de maneira crítica (Ramos, 2017). Embora não constitua o projeto ideal de formação, configura um projeto possível no contexto da sociabilidade capitalista (Oliveira, 2023). Nesse contexto, mais que questionar criticamente o ensino de empreendedorismo, urge problematizar sua centralidade e permanência nos currículos de formação da classe trabalhadora, considerando sua função de legitimação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Reiteramos, assim, a defesa de uma formação profissional em que o conhecimento científico, cultural e tecnológica se converta em força produtiva para o trabalhador, possibilitando sua atuação crítica e transformadora no mundo do trabalho, recusando a concepção de educação profissional como mero adestramento para a empregabilidade. A superação da hegemonia empresarial no ensino de empreendedorismo exige, portanto, não apenas mudanças metodológicas, mas fundamentalmente uma transformação epistêmica que recupere o trabalho como categoria ontológica e a educação como prática de liberdade.

Referências

ALBUQUERQUE, S. C. de. **O empreendedorismo no currículo escolar: tensões e reflexos na sociedade brasileira contemporânea**. 2020. 280 f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0: trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. DOI: 10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38.

Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENETTI, E. Governo de SC e Senai firmam acordo para oferta de ensino técnico no Estado. **Nsctotal**, [Florianópolis], 2023. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/governo-de-sc-e-senai-firmam-acordo-para-oferta-de-ensino-tecnico-no-estado?amp=1>. Acesso em: 17 out. 2024.

BERNARDES, A. C. R.; VOIGT, J. M. R. A empresarização escolar: reflexões sobre empreendedorismo e currículo. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 111-125, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1467>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2051/lei-n-13.415>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução nº 339, de 10 de julho de 2003. Institui linha de crédito especial denominada Jovem Empreendedor no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) Urbano. **Diário Oficial Eletrônico [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, seção 1, p. 69-70, 14 jul. 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=254359&fileame=LegislacaoCitada%20PL%204530/2004. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Protocolo de Intenções nº 1, de 27 de setembro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, seção 3, p. 14, 7 out. 2002. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/590699>. Acesso em: 23 set. 2025.

CARMO, L. J. O.; ASSIS, L. B. de; GOMES JÚNIOR, A. B.; TEIXEIRA, M. B. M. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 18-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200043>. Acesso em: 23 out. 2024.

CASTRO, M. R; GAWRYSZEWSKI, B.; D., C. A. A ideologia do empreendedorismo na reforma do Ensino Médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 01-25, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53456>. Acesso em: 23 out. 2024.

Clavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; Clavatta, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COAN, M. Educação para empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**, Fortaleza, n. 9, v.1, p. 01-18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833>. Acesso em: 19 mar. 2026.

COSTA, M. de O.; CAETANO, M. R. Um novo Ethos educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 11, n. 1, p.01-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1655>. Acesso em: 23 out. 2024.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 9. ed. Barueri: Atlas, 2023.

FREITAS, T. B. de. **Ensino médio *personnalité***: prestidigitações do capital na educação pública. Campinas, 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2022.

FERRETTI, C. J.; RIBEIRO, M. Dos embates por hegemonia e resistência no contexto da reforma do Ensino Médio. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 17, n. 32, p. 114-131, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28305>. Acesso em: 23 out. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. **Sinproeste.org.**, Chapecó, 2011, p.01-16. Disponível em: <https://sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

KLEINEBING, F. **Governo do estado de SC lança programa educação empreendedora para qualificação profissional em parceria com o Senai**. [Florianópolis]: secretaria do Estado da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31815-governo-de-sc-lanca-programa-educacao-empreendedora-para-qualificacao-profissional-em-parceria-com-o-senai/>. Acesso em: 17 out. 2024.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino no contexto do regime de acumulação flexível. **DOSSIÊ. Educação e sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2024.

LIMA, A. L. de. **Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora**. 2008. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARINS, J. O empreendedorismo social como movimento transformador massivo. In: ANASTACIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A.; MARINS, J. (org.). **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPress, 2018. p. 13-29. E-book.

MOUTA, M. T. A. A visão e prática dos professores de empreendedorismo do Ensino Médio de Pernambuco. **Seminários Regionais da Anpae**, [s. l.], n. 11, cap. 5, 2023.

Disponível em:

https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero11/Comunicacao/EIXO%205%20PDF/A_VISAO_E_PRATICA_DOS_PROFESSORES_DE_EMPREENDEDORISMO_NAS_ESCOLAS_DE_ENSINO_MEDIO_DA_REDE_ESTADUAL_DE_PERNAMBUCO.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, R. de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 1-17, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.14688>. Acesso em: 23 set. 2025.

OLIVEIRA, N. D. de; QUARESMA JUNIOR, E. A.; OLIVEIRA, B. M. O ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de um instituto federal: dualidades e oportunidade. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 139-154, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/21693>. Acesso em: 23 out. 2024.

PANDOLFI, M. de A. **Admirável mundo do empreendedorismo: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília, DF: Instituto Federal de Brasília, 2017. p. 569.

RAMOS, M. N. O ensino médio e técnico na conjuntura do avanço de políticas ultraconservadoras: desafios teóricos e políticos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, e15279, p. 01-14, jun. 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15279>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.349, de 21 de janeiro de 2004**. Dispõe sobre a criação de Centros de Educação Profissional (CEDUP's) e Núcleos de Educação Profissional e dá

outras providências. [Florianópolis]: Governo do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1349-2004-santa-catarina-dispoe-sobre-a-criacao-de-centros-de-educacao-profissional-CEDUP's-e-nucleos-de-educacao-profissional-neps-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, D. de S.; NADELETTI, C. L.; SOARES, M. S. O ensino médio integrado à educação profissional: avanços e desafios. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília, DF: Ed. IFB, 2017. p. 569.

SANTOS, F. S., MARTINS, S. A. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>. Acesso em: 23 out. 2024.

SILVA R. R. D. da. Investir, inovar e empreender: uma nova gramática curricular para o Ensino Médio brasileiro. **Currículo sem fronteiras**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 178-196, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss2articles/silva.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

SILVA, M. R. da. Projetos de reformulação do ensino médio e inter-relações com a educação profissional: impossibilidades do ensino médio integrado. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília, DF: Instituto Federal de Brasília, 2017. p. 569.

SILVA, R. da; LESSA, B. de S.; FERREIRA, A. G.; VELHO, A. G.; ANASTÁCIO, M. R. **Empreendedorismo social**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

ⁱ Artigo recebido em 23/10/2024
Artigo aprovado em 04/03/2026

ⁱⁱ Contribuições do autor: conceituação; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; validação; visualização; escrita - rascunho original.

ⁱⁱⁱ Contribuições da autora: conceituação; análise formal; metodologia; supervisão; validação; visualização; escrita - análise e edição.

^{iv} Contribuições da autora: conceituação; análise formal; metodologia; supervisão; validação; visualização; escrita - análise e edição.